



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

ATO Nº 26 / 2025 - SOF (11.00.46.38)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

João Pessoa-PB, 18 de Junho de 2025

ATO DE JUSTIFICATIVA E AUTORIZAÇÃO PARA CONTINUIDADE DA LICITAÇÃO

Como resultante do Termo de Rescisão, devidamente assinado, que determinou o encerramento do Contrato UFPB/SOF nº 007/2024 com a Empresa ACESSE COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIO LTDA, após regular procedimento de apuração de responsabilidade que culminou em sanção administrativa e rescisão unilateral contratual à empresa por INEXECUÇÃO TOTAL, por não apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica, Preposto do contrato e garantia contratual.

Vale-se salientar que o objeto da contratação é a contratação de empresa especializada para a execução de serviços comuns de engenharia que ofertem fornecimento e instalação de elevadores e plataformas elevatórias de acessibilidade, elaboração de projetos executivos dos equipamentos e das adequações nos termos estruturais civis, elétricos e outras necessários, bem como 12 (doze) meses de manutenções em garantia, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Edital do PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CLC Nº 90006/2024. Portanto, neste contexto é necessário, para que haja a execução do objeto com base no interesse público que motivou o referido processo licitatório, o prosseguimento com a continuidade da Licitação com fulcro no art. 90, § 7º da Lei nº 14.133/2021.

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021:

Art. 90. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.

7º Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º deste artigo.

Segue:

2º Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

4º Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do § 2º deste artigo, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

I - convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

II - adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

Assim, na Lei nº 14.133/2021, a contratação do segundo colocado, e demais em ordem, após a rescisão do contrato com o primeiro, é permitida através da convocação dos licitantes remanescentes. A nova lei não permite mais a contratação por dispensa do segundo colocado, como era na antiga lei. É preciso rescindir o contrato original para que a convocação do segundo colocado seja possível.

Ademais, segundo a orientação 5.11.6. Convocação para contratar do TCU:

Se nenhum dos remanescentes aceitar a contratação nas mesmas condições da proposta vencedora, a Administração os convocará, na ordem de classificação, para negociar melhores condições do que as originalmente ofertadas por eles. Mesmo que a oferta não seja tão vantajosa quanto a do primeiro colocado, ela poderá ser aceita, desde que não ultrapasse o orçamento estimado pela Administração, inclusive com eventual atualização nos termos do edital[5].

Saliento que quanto ao uso de recursos orçamentários - TCU 5.11.6. Convocação para contratar:

Para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, a Lei 14.133/2021 também autoriza o aproveitamento, em favor da nova contratada, de eventual saldo a liquidar inscrito em despesas empenhadas ou em restos a pagar não processados[13].

Para isso, o art. 105, parágrafo único, incluído pela Lei 14.770/2023, estabelece que os restos a pagar vinculados a contratos de duração plurianual ou a contratos rescindidos não serão automaticamente cancelados, para utilização nos casos previstos nos §§ 8º e 9º do art. 90 da Lei 14.133/2021.

Assim, considerando a legislação vigente e o interesse público na finalização do objeto anteriormente contratado.

AUTORIZO, na condição de AUTORIDADE MÁXIMA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, de acordo com nomeação no Decreto de 15 de Outubro de 2024, do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, publicada no Diário Oficial da União nº 201, 16 de outubro de 2024, a CONTINUIDADE DA CONTRATAÇÃO, observado os dispositivos legais.

(Assinado digitalmente em 25/06/2025 08:37)
TEREZINHA DOMICIANO DANTAS MARTINS
REITOR(A)
Matrícula: 338087

Processo Associado: 23074.002323/2025-93

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número: **26**, ano: **2025**, documento(espécie): **ATO**, data de emissão: **18/06/2025** e o código de verificação: **cfe9af4e83**

Emitido em 18/06/2025

ATO Nº 26/2025 - SOF (11.00.46.38)
(Nº do Documento: 26)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 02/07/2025 07:37)
ANTONIO DA SILVA SOBRINHO JUNIOR
SUPERINTENDENTE
1652159

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número:
26, ano: **2025**, documento (espécie): **ATO**, data de emissão: **02/07/2025** e o código de verificação: **90494f8850**